



Produção de pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) e territorialidades camponesas na comunidade Dom Ângelo Frozi - Bujaru - PA

Black pepper (*Piper nigrum*) production and peasant territorialities in Dom Ângelo Frozi community - Bujaru – PA - Brazil

João Victor Rocha Leão * 

Cátia Oliveira Macedo * 

Resumo

A pesquisa busca compreender a importância da cultura da pimenta-do-reino para a territorialização do campesinato no município de Bujaru - PA. Nos caminhos da Rodovia PA-140, a paisagem reflete a expansão do capitalismo na região, expressa a partir das fazendas que ocupam grandes extensões de terra com seu uso destinado predominantemente à criação de gado. Ao longo da rodovia, multiplicam-se comunidades rurais, a exemplo de Dom Ângelo Frozi. Tal cenário possibilita reflexões centradas na territorialização camponesa local. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com uso do trabalho de campo e de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Verifica-se assim que a produção da pimenta-do-reino, introduzida nessa região por colonos japoneses, ocorre aliada às demais culturas presentes na comunidade, promovendo seu reflexo na territorialização camponesa ao longo da rodovia, ampliando a renda e permitindo maior autonomia a esse campesinato.

Palavras-chave: pimenta-do-reino; território; campesinato; Bujaru.

Abstract

The research seeks to understand the importance of black pepper culture for the territorialization of the peasantry in the municipality of Bujaru – PA - Brazil. On the paths of Rodovia - PA140, the landscape reflects the expansion of capitalism in the region, expressed from the farms that occupy large tracts of land with their use destined predominantly to cattle raising. Along the highway, rural communities multiply, like Dom Ângelo Frozi. This scenario enables reflections centered on local peasant territorialization. This is a qualitative research using field work and structured and semi-structured interviews. We thus verified that the production of black pepper, introduced in this region by Japanese settlers, occurs in conjunction with other cultures present in the community, promoting its reflection in the peasant territorialization along the highway, increasing income and allowing greater autonomy to this peasantry.

Keywords: black pepper; territory; peasantry; Bujaru.

* Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UEPA). Belém, PA, Brasil. E-mails: leaojoavitor@gmail.com, ccatiammacedo@gmail.com

Introdução

No estado do Pará, mais precisamente no município de Bujaru, pertencente à Região Imediata de Castanhal, o campesinato foi amplamente modificado e trilhou seus caminhos em meio à realidade local. Partindo de núcleos formados a partir do Rio Bujaru no século XIX, onde as propriedades acumulavam terras, um grande número de pessoas negras escravizadas e a história era marcada pelo trabalho na produção rural. Os motins e as fugas foram responsáveis pela formação das comunidades rurais, se intensificando em fins do século XX com a abolição da escravidão, ainda que permanecessem sob o mesmo regime de exploração acentuado como o único caminho para os negros livres (Tavares, 2016).

Na primeira metade do século XX, essa região passou por significativas transformações, dentre elas, a primeira migração japonesa para a Amazônia, em 1929, fruto de uma colaboração entre o governo brasileiro e a empresa Nantaku. A migração tinha como objetivo solucionar a crise de abastecimento de alimentos na Amazônia, provocada pela corrida de trabalhadores para os seringais e pretendia dar novos rumos à produção agrícola regional, através da introdução de novos produtos (Homma, 2016).

As transformações ocorridas na região a partir desse período ressaltaram a sua relevância econômica na produção de alimentos, tendo seus produtos valorizados no mercado nacional e internacional. Outros impactos dessas mudanças se materializaram com o envolvimento da população local nas fazendas dos imigrantes, com o crescimento dos municípios e redirecionamento do vetor econômico regional (Homma, 2016).

Os japoneses impulsionaram a produção de alimentos ainda pouco encontrados na região, especialmente couve (*Brassica oleracea*), cenoura (*Daucus carota*), beterraba (*Beta*), alface (*Lactuca sativa*) e repolho (*Brassica oleracea* var. *capitata*). A Nantaku também investiu seus negócios na produção de cacau (*Theobroma cacao*), contudo sem alcançar sucesso devido às dificuldades de transporte da produção levando ao fechamento da empresa em 1953, desmembrando o grupo de empresários que por ela eram responsáveis e deixando um grande número de colonos japoneses que continuariam trilhando seus caminhos na região (Homma, 2016).

No último quartel do século XX visualizou-se gradativamente nas fazendas, a substituição da pimenta pelo gado, acompanhando o ritmo das estradas frutos de incentivos pelo Governo Federal nos anos de 1970. Assim, o caminho das produções de

alimentos se deu por refugiar-se nas comunidades camponesas, sendo empregadas por famílias com muitos braços disponíveis para o trabalho e com necessidades de auferir renda enquanto iam amansando a terra para as novas pastagens (Homma, 2016).

A abertura e asfaltamento das estradas federais e estaduais, ocorridos durante a Ditadura Militar, tendo como exemplo a Belém-Brasília (1960) e a Transamazônica (1972), facilitaram a ligação com os municípios do interior, atraindo fazendeiros de outros estados focados na extração de madeira, investindo em grandes fazendas de pimenta e de criação de gado, rearranjando a mão-de-obra local (Carvalho, 2016).

A comunidade alvo deste estudo se apresenta imersa na trajetória da região, expressa pelos diferentes períodos dinâmicos e econômicos pelos quais passou. Em um primeiro momento ligado ao rio, pertencentes à outra comunidade, passaram a migrar rumo à estrada e finalizaram a formação da comunidade às margens da rodovia.

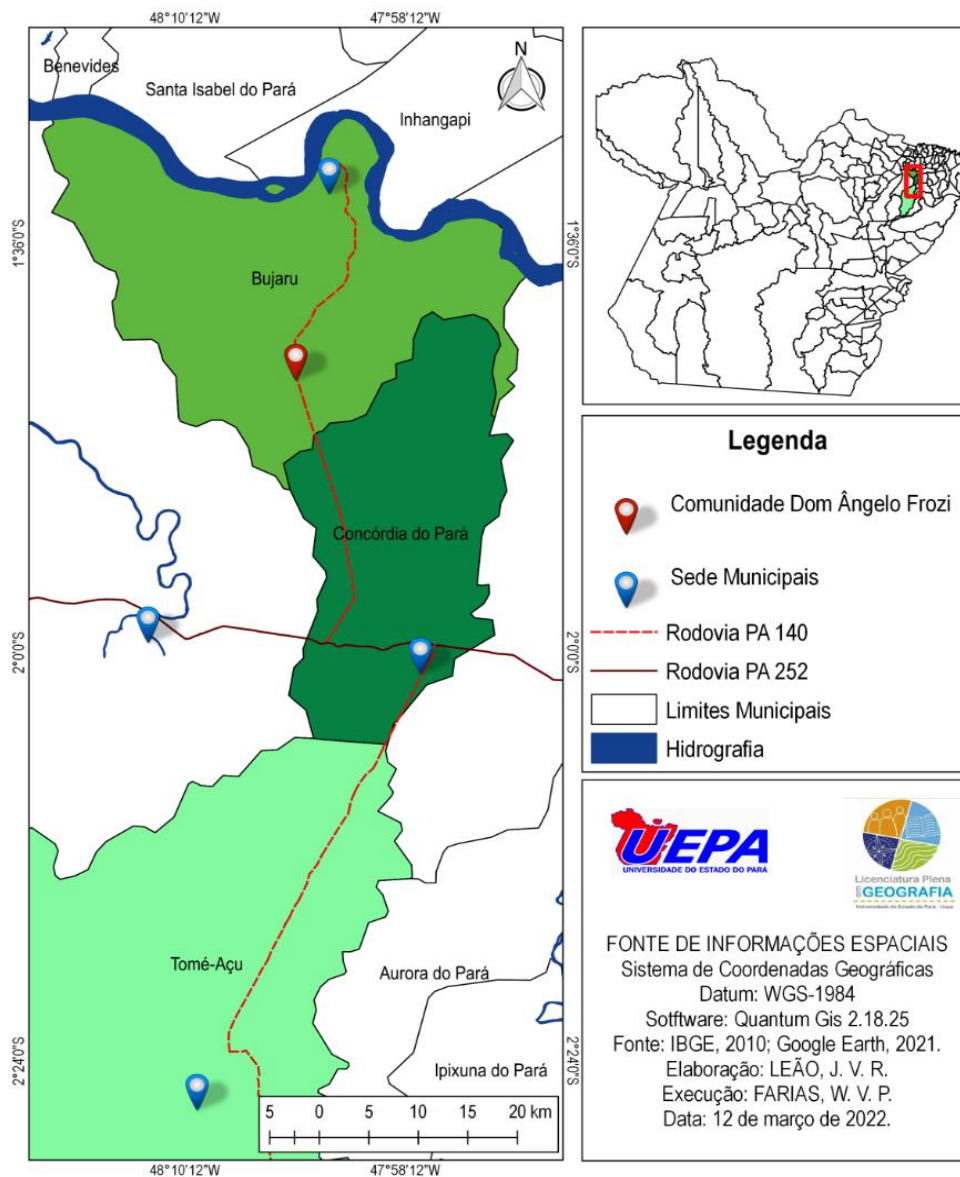
A comunidade de Dom Ângelo Frozi (Mapa 1), localizada no km 25 da PA-140 no município de Bujaru, é formada por um núcleo familiar que migrou em 1984 da Comunidade do Cravo¹, um dos mais antigos núcleos populacionais formados a partir dos afluentes do Rio Bujaru. Ao partirem para a beira da estrada vivenciaram a inserção em uma dinâmica onde predomina a locomoção por meio das rodovias, desejo da família que visava maior facilidade de acesso. Com sua trajetória firmada na história de uma matriarca, Dona Jovelina a comunidade mantém características que entrelaçam o trabalho familiar no trato com a terra e a religião.

Na comunidade se destacam o cultivo de mandioca (*Manihot esculenta*), pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), milho (*Zea mays*), frutas diversas, castanhas e a criação de animais de pequeno porte. O cultivo da pimenta no território da comunidade se apresenta como uma produção anual, com destino certo e dinâmica própria em sua circulação para os mercados consumidores.

A produção na comunidade é resultado do trabalho familiar e tem na roça sua centralidade. A produção de mandioca se destaca por ser fixa, ocorrendo durante todo o ano, perpassando desde a feitura da roça até a colheita e a fabricação da farinha.

¹ Localizada no km 35 da PA-140, a Vila do Cravo é uma comunidade camponesa com forte ligação religiosa, festiva e de trabalho com a terra. Exerce um papel de influência na região, sendo uma comunidade mãe para a formação de Dom Ângelo Frozi.

Mapa 1 - Localização da comunidade Dom Ângelo Frozi na rodovia PA 10, no estado do Pará.



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2021.

Org.: João Victor Rocha Leão, Wanessa Viviane Paixão Farias, 2022

Nessa comunidade doméstica se evidência a produção da pimenta-do-reino, atividade compartilhada pelos diferentes membros da família no seu processo de produção. A carga dos adultos em sua plantação e compartilhada com idosos, crianças e vizinhos no seu processo de colheita.

Introduzida pelos imigrantes japoneses no estado, a pimenta é uma cultura que apresenta grande produtividade e rentabilidade, pois tem posição consolidada no

mercado. O estado do Pará concentra a maior produção do país com destaque para a produção do nordeste do estado (Martins; Landau; Silva, 2020).

Presente na maioria dos sítios camponeses, essa cultura compõe o calendário agrícola local, a paisagem e o seu cenário econômico. Em meio a essa constatação nos indagamos: qual o significado da produção da pimenta-do-reino no processo de territorialização camponesa na Comunidade de Dom Ângelo Frozi?

Partindo da problemática levantada, a pesquisa tem como objetivo compreender a importância do cultivo da pimenta-do-reino para a territorialização do campesinato na comunidade.

Dialogar sobre a pimenta-do-reino, nos moldes da produção camponesa nos levanta a reflexão da produção e reprodução desses sujeitos, suas relações com o núcleo familiar, o trabalho com a terra e a diversificação da produção em seus territórios. Nessa proposta buscamos compreender a pimenta-do-reino enquanto uma produção favorável à territorialização do campesinato no nordeste paraense.

Tomando por base a realidade descrita, a importância da pesquisa se revela na busca da elaboração de novos conhecimentos em relação ao campesinato na região amazônica, em especial no município de Bujaru, tendo como linha de pensamento a natureza do campesinato, que se adapta às realidades locais constituindo seus territórios.

Destaca-se ainda a importância que o conceito de campesinato tem para as ciências que visam o debate crítico acerca da situação do campo brasileiro. O debate aqui proposto visa somar conhecimento e assim contribuir com a ampliação, análise e divulgação da ciência geográfica.

A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, atento a relação território-modo de vida e tendo como sujeitos a comunidade camponesa de Dom Ângelo Frozi, escolhidos a partir do contato por meio da disciplina “Trabalho de Campo Interdisciplinar II” realizada durante o curso de graduação em Geografia. Assim, adota-se como procedimentos metodológicos os seguintes passos: o levantamento bibliográfico, levantamento documental, pesquisa de campo junto à comunidade, roteiro de entrevistas e a elaboração de mapas a partir de dados secundários.

O estudo conta com dados primários obtidos em campo em diálogos com a comunidade por meio de conversas informais e formais, com questões estruturadas e semiestruturadas descritas na íntegra com seus nomes destacados com base em suas

autorizações prévias, formando um corpo de dez entrevistas ocorridas em junho de 2019, março de 2020 e maio de 2022, visando acompanhar diferentes etapas do processo produtivo. Tais relatos somam a questões fundamentais para compreendermos a trajetória das famílias, a formação dos sítios, as lutas e conquistas empreendidas na comunidade. Contamos ainda com o registro fotográfico e auditivo, auxiliado por câmeras fotográficas e gravadores.

A pesquisa busca compreender conhecimentos enriquecedores ao avanço da ciência geográfica, trabalhando com temas voltados para o campo e em especial ao nordeste paraense, região modificada por muitas realidades que envolvem o avanço das monoculturas e das grandes propriedades privadas.

Abarcando os fenômenos, a pesquisa explicativa visa identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, ganhando forte condutor com a apreensão do conhecimento da realidade vivida em lócus. Nesse sentido, a pesquisa almeja ser participante, pois o resultado conta com a interação e vivência entre pesquisador e membros pesquisados.

Desenvolvimento

Os rumos da pesquisa se deram em diálogos e visitas à comunidade, contando com o total apoio e contribuição das famílias camponesas. Sendo assim, analisando o debate frente à fundamentação teórica e somadas as experiências em lócus, fizemos por escolha a divisão de quatro caminhos possíveis para a compressão do debate.

Os fundamentos da produção camponesa

Os camponeses representam em muitas sociedades a alma da produção do campo. Descrevendo a trajetória da organização social do campesinato busca-se adentrar no universo desse grupo social, atentando especialmente para as suas estratégias de territorialização. Assim, seguimos os estudos sobre campesinato e território camponês.

Shanin (2005) busca fugir das noções genéricas atribuídas aos camponeses. Em sua visão muitos estudiosos que assim os compreendiam buscavam explicar o todo a partir de comparações e enraizamentos, formulando conclusões acadêmicas não representativas da história desses sujeitos. Para Shanin (2005), a chave para o estudo dos camponeses

se encontraria em seis características que provariam o teor da riqueza e especificidade dessa categoria (Shanin, 2005).

A primeira característica se evidencia no caráter econômico da produção camponesa. Nesse meio, os camponeses conseguiriam criar um sistema próprio formado pelo controle dos seus meios de produção e pelo arranjo entre sua agricultura, suas formas de extração e seus artesanatos. Dessa forma, assumiriam o controle da sua economia e apesar dos prejuízos, conseguiriam se assegurar devido ao apoio de sua rede organizacional (Shanin, 2005).

A segunda característica refere-se às semelhanças com as quais os camponeses têm se apresentado em diferentes localidades do mundo, sem perder de vista suas particularidades, com semelhanças em sua forma de agir e de se organizar politicamente. No terceiro ponto, enfatiza a vida social dos camponeses nos mais distintos territórios, com destaque as tradições materializadas nas vivências que envolvem a socialização, a transmissão de conhecimento e ideologias políticas (Shanin, 2005).

O quarto ponto faz referência à similaridade com que os camponeses se relacionam com instituições exteriores, sejam mercados e outros grupos ligados ao campo. O quinto ponto é referente ao padrão presente na sua reprodução social, “isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais” (Shanin, 2005, p. 04).

Por fim, reconhece que alguns pontos das teorias genéricas estão presentes na atual realidade camponesa, sendo relevante analisar o nível de especificidade que tais mudanças ocorrem e se expressam no meio camponês. Shanin (2005) recorre à comercialização e a coletivização para expressar seu ponto de vista em relação à interação entre os camponeses e o mundo, sendo a primeira responsável por retirar do campesinato à força de trabalho não agrícola, deixando apenas as atividades referentes ao trabalho direto com a terra e a segunda responsável por uma multiplicação dos padrões da realidade camponesa.

Shanin (2005) revisita criticamente características propostas pela ciência com o objetivo de segmentar o sujeito camponês. Apresentando:

- a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social;
- b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência;
- c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais;
- d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (Shanin, 2005, p. 05).

O autor destaca a falta de completude apresentada por esses elementos, entendendo que alguns não abarcam apenas a plenitude dos sujeitos camponeses, representando outros grupos com características semelhantes. São formas generalizadoras que pressupõem a existência de apenas um tipo de manifestação camponesa, ignorando a relação entre a sociedade e o mundo que o cerca. Sendo importante compreender que as características mencionadas são traços presentes na história do campesinato, não dando conta de explicar a complexidade da realidade camponesa materializada na vida.

Entre as generalizações listadas, destaca que “o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social” (Shanin, 2005, p. 05).

Nesse cenário o estudo dos camponeses deve se dar a partir do estabelecimento rural, tendo em vista sua forma de se relacionar internamente, externamente, suas práticas culturais, econômicas, suas expressões políticas e sua localização.

Assim, a característica fundamental do campesinato estaria na unidade de produção familiar, somando a isso a combinação dos diferentes elementos apresentados, como o poder da autossuficiência (autonomia) e a organização política enquanto classe. As características do campesinato estariam ainda elegíveis a diferentes partes do mundo, existindo de formas diferentes em cada sociedade, tendo em vista sua capacidade em se adaptar e sobreviver nas mais diferentes realidades sociais e econômicas, pensar em campesinato se traduz por pensar em recriação (Shanin, 2005; 2008; Marques, 2008).

Para Tchayanov (1924) o funcionamento da unidade de produção camponesa mesmo sofrendo influências externas do sistema capitalista estaria atrelado à liderança de um conjunto de equilíbrios que ditam as formas de se organizar e se desenvolver. Sendo assim:

Em dois equilíbrios (um trabalho consumo e o outro, penosidade e utilidade) que devem ser balanceados dentro de cada unidade camponesa de uma forma que seja singular àquela propriedade e às necessidades e perspectivas da família camponesa que ali vive e trabalha (Ploeg, 2016, p. 9).

Nessa perspectiva, o território e a família campesina ocupam lugar central nas decisões referentes ao funcionamento e as necessidades da unidade doméstica, materializada na relação entre a força de trabalho existente na família e o seu consumo. O produto do trabalho da família é equacionado diretamente ao número de integrantes capazes de efetivar o trabalho. Assim, o autor ressalta que “o grau de auto exploração é

determinado por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devido ao trabalho” (Tchayanov, 1924, p. 482).

Com destaque, há a diferença entre o trabalho realizado na propriedade camponesa familiar e o trabalho na propriedade capitalista, não só na forma de produzir, mas na relação com a terra e com a sociedade (Ploeg, 2016; Tchayanov, 1924).

Tchayanov (1924) reconhece a existência dos camponeses em meio ao modo capitalista de produção, com quem mantém relações comerciais próprias para sua existência e a manutenção de seu território, porém, encontra sua forma própria de viver. Nesse sentido, o camponês na sociedade se distingue fundamentalmente por apresentar uma forma econômica própria, baseada no trabalho familiar e no cultivo do seu território (Ploeg, 2016; Tchayanov, 1924).

O campesinato em uma sociedade capitalista assegura sua existência em meio às contradições do próprio capital. Esse processo contraditório cria suas raízes no fato da produção do capital ter suas origens nas relações não especificamente capitalistas de produção. Seu desenvolvimento também atua dominando as relações não capitalistas de produção, expressando no campesinato a dominação, apropriação e sujeição da renda da terra (Oliveira, 2007).

Com realce à luz dos autores, baseamos nossa perspectiva a respeito do campesinato ao bojo da produção familiar e com as evidentes características que o diferem do modo capitalista de produção, refletindo seus aspectos a nosso estudo e entendendo a comunidade alvo no cenário camponês.

O território como aspecto de análise

Em nossa busca por compreender as diferentes formas de manifestação a respeito dos camponeses nos introduzimos ao debate do território, conceito caro aos geógrafos desde a sistematização da nossa ciência, debatido, interpretado e ressignificado.

Raffestin (1993) aciona o conceito de território, intimamente relacionado ao poder e tece uma crítica à geografia do Estado, que com suas bases Ratzelianas, se limitou a analisar Estado-nação como única forma de poder, deixando de lado outras organizações políticas, sendo o poder essencialmente político e não apenas vinculado ao Estado.

A territorialidade para o autor assumiria um caráter pessoal e relacional. Sendo o relacional pressuposto a partir de um dinamismo próprio, reflexo do processo territorial, tendo em vista que a “cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas sociais e espaciais (...)” (Raffestin, 1993, p. 161).

Em Souza (2008), a territorialidade se configura no reflexo das ações intrínsecas ao poder e a forma em que se territorializa sobre a materialidade do espaço. Ela “no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território” (Souza, 2008, p. 99). No plural, o conceito se encarrega em classificar as diferentes territorialidades para os diferentes territórios.

Haesbaert (2007) entende o território marcado por dois polos desde a sua formação conceitual, tendo a perspectiva material e a simbólica. Certa visão, juntamente com o entendimento do poder garante a multiplicidade do conceito, abarcando âmbito econômico, político, cultural e simbólico. Cada território carrega em sua formação seus diferentes fundamentos. Para ele:

Dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja não existe) (Haesbaert, 2007, p. 22).

A territorialidade se encarregaria em expressar as ações dos seres sobre o território, sejam elas com base nas diferentes feições territoriais, materiais e imateriais, podendo fundir-se em “estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (Haesbaert, 2007, p. 25).

Haesbaert (2007) considera dois grandes pontos para se analisar o território, um sentido funcional e outro simbólico, afetivo e de identidade. Nesse quadro, os postulados de sua obra são fundamentais para a compreensão das múltiplas territorialidades, a existência e a interação entre a diversidade dos territórios e a defesa deste por meio das ações dos sujeitos coexistentes.

Identidade e territorialidade são fundamentais na história viva do território ao qual construímos nosso traçado. Essa trajetória se inicia em uma migração, ao final dos anos 1970, quando a matriarca da família, então casada e com seus filhos ainda adolescentes e

moradora da comunidade do Cravo, toma o caminho da estrada, acompanhando as iniciativas governamentais com rumos a novas perspectivas econômicas regionais.

Seu percurso é marcado por sua vivência e suas relações constituídas na comunidade de seus pais de onde partiu. Sua relação com o seu local de origem se identifica facilmente através da religiosidade, do parentesco e do sentimento de pertencimento. Com a terra escassa, decidem pela mudança, saindo da comunidade do Cravo e indo rumo a PA-140, se instalando no km 39.

Em seu novo território, vislumbraram a abundância, seus filhos eram jovens, disponíveis para o trabalho com a terra e contavam com a ajuda do terreno naturalmente propício à fortificação da roça. Mas, outros fatores os surgiram, o sítio no km 39 ficava localizado a 3 km mata adentro, o ramal lamacento dificultava a chegada à estrada e por consequência dificultava a ligação às sedes municipais próximas, onde precisavam buscar por serviços de saúde, educação e bens de consumo não produzidos na roça. O lote estava ainda localizado em uma área que a partir de 1988 passou a fazer parte do recém-criado município de Concórdia do Pará, ao qual não agradava a Dona Jovelina fazer parte.

No ano de 1989, partiram ao km 24 da PA-140, se instalando às margens da rodovia, no Município de Bujaru. Após a chegada, relatam o enfrentamento de um período longo de adaptação, o terreno não era propício à roça, necessitando de muitos cuidados, ocasionando em baixa produtividade. Consequentemente, os filhos buscaram trabalho em roças adjacentes e em fazendas vizinhas à comunidade. Com o tempo e o trabalho, a estabilidade do solo se fixou a comunidade se consolidou e se fortificou.

Hoje com 86 anos, Dona Jovelina viu a comunidade alcançar aproximadamente 100 habitantes, todos originários da mesma família, trabalhando na terra e mantendo viva a história desse campesinato nos altos da rodovia. Nesse contexto, muitos significados se colocam, ajudando-nos na compreensão da identidade territorial e da territorialidade.

Aqui, pensamos que:

Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem certa identidade social/cultural (Bolígian; Almeida, 2003, *apud* Silva, 2009, p. 109).

Sendo assim, a trajetória da comunidade é uma trilha constante de luta, defesa do território e da sua autonomia. Desde a mudança inicial da comunidade do Cravo até a ida para a beira da estrada, há a permanência do grupo familiar enquanto fortalecedor de raízes e forças.

Produção e comercialização de pimenta-do-reino

Tanto a história-geografia das comunidades rurais da região, a exemplo da de Dom Ângelo Frozi, quanto à trajetória da pimenta se confunde com o projeto colonizador do estado do Pará. A atualização de tais projetos tem implicado na ampliação das disputas territoriais impondo sérias adversidades ao modo de vida e as balizas camponesas fincadas no território, especialmente no que tange a sua dinâmica com a floresta, a água e o ar.

Buscava-se no início do século XX novos rumos econômicos para a região, dando o contexto necessário para a vinda de imigrantes japoneses para a Amazônia, através de um esforço conjunto entre o Brasil e o Japão. Acreditava-se que os japoneses seriam os pioneiros na produção de alimentos primários para abastecimento das cidades e como marco dessa guinada temos a fundação da Nantaku no ano de 1928, tendo suas atividades iniciadas no município de Tomé-Açu em junho de 1929 (Homma, 2016).

No entanto, de forma ocasional, longe dos planos iniciais da colônia, a pimenta-do-reino surge em meio ao fracasso da produção de alimentos. Alguns fatores principais para sua inserção na região remontam a condições do mercado asiático durante e no pós Primeira Guerra Mundial, pois, os campos de pimenta deram lugar à produção de alimentos que seriam consumidos pelos soldados em batalha, levando tempo para a recuperação (Homma, 2016).

Na conjuntura local, o declínio da economia da borracha na Amazônia soma-se ao fator vivenciado pelos colonos, àquela altura seu cultivo se expandia no continente asiático sob outro contexto envolvendo o avanço da colonização inglesa (Homma, 2016).

Os colonos japoneses buscaram ao longo de seus avanços sob o território inúmeras formas de adaptação de cultivos, alternando a produção de diversos produtos, a exemplo do cacau, do arroz, da fabricação de açúcar e dos trabalhos envolvendo o bicho da seda, no entanto, com os japoneses a pimenta-do-reino é introduzida na Amazônia e avança como produção principal dos trabalhos da colônia.

Dos períodos iniciais, passando pelo “boom”, até 1968 a região de Tomé-Açu viveu grande crescimento econômico, favorecida ainda com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta), o município se viu em meio às grandes plantações de pimenta e envolto a intensa circulação monetária da produção (Homma, 2016).

Esse cenário prospectivo encontra suas primeiras barreiras em 1957, quando o *Fusarium* se manifesta enquanto uma doença causada por fungos e mortal aos pimentais, resultando de imediato na perda da vida útil das plantações, se traduzindo em uma queda na produção de pimenta na região.

A partir de 1970 seu fluxo seguiu o caminho das rodovias recém-abertas no estado e foi se alojar em unidades camponesas devido seu preço baixo e a disponibilidade de mão de obra local necessária especialmente para a sua colheita.

Assim, a pimenta transitou pelas regiões paraenses “produzindo ciclos de prosperidade nos municípios onde entrava, para depois de 8 a 10 anos declinar, apresentando uma curva de produção semelhante a um sino (expansão, estagnação e declínio)” (Homma, 2016, p. 161).

Com longa trajetória nacional, desde a sua inserção pelos japoneses no nordeste do Pará e passando por diferentes situações ao longo das décadas, a produção de pimenta do reino se encontra majoritariamente nas unidades familiares camponesas. De acordo com dados do Censo Agropecuário (IBGE-2017), "em 2017 existiam 32.799 estabelecimentos agropecuários com pimenta-do-reino no Brasil; desse total, 83% eram familiares” (Vidal, 2020, p. 2).

Nesse sentido, o favoritismo que a cultura da pimenta-do-reino exerce entre os camponeses deve-se a busca pela ampliação da renda, ainda que a sua dinâmica de mercado permaneça às escuras aos olhos desses sujeitos, restando à produção e a comercialização como bases (Silva *et al.*, 2017).

O levantamento feito na Comunidade Dom Ângelo Frozi, corrobora com os dados do Censo (2017). As estacas de pimenta, característica da plantação, compõem a paisagem dos sítios na comunidade, e não somente, é possível identificá-las ao longo da PA-140 e mais intensamente à medida que se adentra nas unidades domésticas.

Em Dom Ângelo Frozi a produção da pimenta chega junto com a família de Dona Jovelina, em 1980. Inicialmente a produção se concentrava em menor escala com o patriarca, já falecido. Os filhos que ainda eram jovens ajudavam na produção e mantinham trabalhos avulsos nos arredores, realizando capina nas fazendas e trabalhando na produção de outros sítios. Com os anos, formaram suas famílias e diversificaram a produção na roça, tendo o trabalho acessório como estratégia para a permanência e melhoria de vida dentro do sítio camponês.

A partir de 2010 a região vislumbrou uma nova alta no preço da pimenta e aquela produção que mesmo em menor quantidade sempre se fez presente na comunidade e nos arredores ganha um proporcional de investimento, que envolve o aumento de estacas, o aumento de força de trabalho e maior rentabilidade. Ouvia-se na comunidade que quem não desistiu da pimenta em períodos de baixa, “enriqueceu” com a sua subida repentina nesse período. Sendo esse o último boom da pimenta na região, mas que atraiu camponeses que passaram a direcionar parte de suas terras, seu tempo e seu trabalho para a produção.

É nesse momento que os filhos de Dona Jovelina ampliam a área da pimenta na comunidade, criando uma dinâmica relacional que persiste até os dias atuais. Nos meses de janeiro e fevereiro, quando a região recebe chuvas volumosas, acontece o seu plantio. Nos meses subsequentes os cuidados são direcionados a manutenção da planta por meio da adubação da terra e pela retirada do mato manualmente e/ou por meio de químicos utilizados para o extermínio.

Nessa etapa a mão de obra fica a cargo da família e esporadicamente são chamados moradores das redondezas. A colheita ocorre geralmente entre os meses de setembro a novembro. Na colheita o trabalho se amplia, somando tarefas para toda a família, incluindo criança e idosos, bem como se contrata moradores locais pagos a partir da quantidade de quilos colhidos.

Após a colheita, se inicia o período da secagem, quando os grãos permanecem sob lonas a luz no sol por cerca de trinta dias, são ensacados e disponibilizados ao comércio. Os produtos são pesados e vendidos aos atravessadores dos municípios de Tomé-Açu, Concórdia do Pará e Santa Isabel.

Vislumbramos a existência de atravessadores da comunidade, mas que geralmente são comerciantes de menor destaque. Para além do aspecto comercial há de se pensar no aspecto da sociabilidade, que se manifesta na atuação do trabalho dos comerciantes da comunidade e do seu entorno.

Produção agrícola da pimenta-do-reino e as territorialidades camponesas na comunidade Dom Ângelo Frozi

Em campo, as possibilidades de análise se expandem e nossa busca visando o entendimento dos reflexos da produção da cultura na comunidade buscou o contato direto

como seu fundador. O sentido relacional se apoia em vivências únicas, relatadas com cautela devido à importância pessoal e cultural relacionada à prática da produção do campo.

André e Cláudia, filho e nora da matriarca, trouxeram do Km 39, antiga localização do sítio, sua experiência com o cultivo da pimenta, aprofundando seu cultivo a partir do ano de 2012, dedicando maior espaço no terreno e tempo de trabalho.

Com o pimental em desenvolvimento, o mentem envolto da roça, contendo milho, mandioca, pupunha, arroz e variadas frutas. A respeito do trabalho com a pimenta Cláudia nos relatou:

A pimenta ela é um meio que a gente tem, ela dá mais trabalho, mas ela lucra também mais, ela é um meio lucrativo, porque só com a mandioca, a farinha, essas coisas, o milho, o arroz, a gente já planta só pra colher e pro gasto da manutenção. Já a pimenta não, ela é um meio mais lucrativo, ela ajuda muito a gente, quando chega a safra dela a gente já tá contando com aquele dinheiro. (Cláudia Sales, Trabalho de Campo, 2022).

Da roça diversa, a única produção exclusivamente direcionada à venda é a produção de pimenta-do-reino. Com rentabilidade mais elevada, o dinheiro da safra da pimenta é destinado ao investimento da própria plantação, não só da pimenta, mas bem como dos demais produtos que são reservados ao alimento da família.

Na roça do casal, o trabalho na maioria do tempo é feito por André, que atua na manutenção do terreno e no cuidado das 800 estacas de pimenta-do-reino (Figura 1). Soma-se ao trabalho de André a ajuda de sobrinhos e dos irmãos apenas para as etapas de plantação e colheita, atuando também nas roças vizinhas de seus familiares nos momentos de trabalhado coletivo.

Quanto à comercialização, André nos contou como ela é organizada:

A gente vende pra outra pessoa, o atravessador, que já vai vender lá fora, a gente não sai pra vender lá fora no comércio, o atravessador vem, compra aqui e leva pra revender, ele que vai lá diretamente aos comerciantes que vendem pimenta. (...) a gente vende aqui mesmo, secou, ensacou, aí ele vem e compra, é o atravessador que ganha bem o dinheiro... (André Sales, Trabalho de Campo, 2022).

Apesar da ampliação da renda estar direcionada a produção da pimenta, observa-se que a dinâmica de comercialização desse produto impõe um alto nível de exploração do trabalho e que tem seus ganhos minorados, uma vez que entre a produção e o mercado final, está o atravessador, local, regional, dentre outros. A relação direta com o mercado capitalista, por parte dos comerciantes-atravesadores, permite que o tirem vantagens dos camponeses.

Figura 1 - Estacas de pimenta-do-reino na comunidade de Dom Ângelo Frozi



Fonte: João Victor Rocha Leão, 2022

Evandro, neto de Dona Jovelina, agrega o quadro de produtores de pimenta da comunidade. Na então oportunidade em que nos recebeu estava descansando do trabalho da manhã e se preparando para a limpeza do mato que estava crescendo ao redor das estacas de um dos seus sobrinhos.

Na comunidade, Evandro reunindo o maior quantitativo de estacas por família, com cerca 1.500², possui a maior área e plantio de pimenta, assim como dos demais produtos ali cultivados, destacando-se a mandioca, a pupunha, o milho, coco e o açaí.

Sobre a produção de pimenta, Evandro nos relatou que seu trabalho começou com seu primeiro plantio em 2016. Destacou vontade recorrente de criar o seu próprio pimental, mas, por pertencer à outra geração de produtores da comunidade, encontrou dificuldades para começar, especialmente em virtude das condições do solo, que já se encontrava bastante utilizado, dificultando a formação de um pimental jovem.

² O quantitativo das estacas na comunidade representa uma produção média entre as famílias camponesas da região, ficando de 1.000 a 1.500 por produção familiar. A comunidade de Dom Ângelo Frozi, em específico, mesmo com terreno favorável a expansão da cultura, se mantém no quadro definido, pensando na produtividade dos demais cultivos referentes a sua territorialidade e a sua condição de camponês.

Em seu terreno, a produção se traduz como a mais diversificada da comunidade devido aos seus conhecimentos sobre a terra, “aprendi que cuidar da terra é a maior vantagem para manter elevada sua produtividade” (Evandro Sales, Trabalho de Campo 2022).

No entorno do pimental onde ele acredita já não mais estar resistindo à ação dos invernos e verões rigorosos escolheu plantar mudas de coco e açaí para que no futuro possa transportar as suas estacas para outro local e ainda assim aproveitar o terreno que antes elas ocupavam.

Entre as mandiocas, ingressou com o milho, pois aprendeu que um mesmo terreno produzindo duas variações de cultura, seria mais produtivo em épocas de colheita. Nesses tempos, contrata pessoas para o trabalho na diária, ou conta com a ajuda dos parentes mais próximos. Em casa, conta com o trabalho da esposa e da filha, que realizam pequenas tarefas, especialmente no período da colheita da pimenta.

Valdir, genro da matriarca, é outro produtor de pimenta que tivemos a oportunidade de ouvir em nossa vivência junto à comunidade. Em conversa nos relatou que trabalha com pimental a cerca de oito anos, desde que iniciou vem cuidando e inflando a sua plantação com 200 estacas novas a cada ano e hoje já conta com cerca de 1.100. Destaca que sua trajetória de vida se confunde com a produção de pimenta:

Eu desde o tempo que eu me entendi com o meu pai, meu pai trabalhava muito com pimenta, eu me entendi já trabalhando dentro dela, vendo como era que ele fazia, aí eu fui aprendendo, até que eu saí de casa, mas sempre trabalhando pros outros, mas sempre empregado na pimenta. Aí eu vim pra cá por 39 (km 39), casei pra lá, nós levantamos lá, todo mundo já tinha, o meu sogro já tinha e eu só ia ajudando. A gente se mudou pra cá e aí em uns oito anos eu trabalho com ela direto... (Valdir Tavares, Trabalho de Campo, 2022).

Sobre a escolha do trabalho com a pimenta, acredita ser o produto que mais compensa ao seu esforço, “a pimenta é o melhor que tem pra gente vender, é o produto mais caro, a gente já conta com ela na época da safra...” (Valdir Tavares, Trabalho de Campo, 2022).

Verificou-se que a produção da pimenta não implicou na redução de uma produção diversificada na propriedade de Valdir e na comunidade de modo geral. Mantém-se nos sítios uma produção bem diversificada, com destaque para a mandioca, cacau e frutas diversas. No caso de Valdir, destaca-se ainda em seu sítio um projeto realizado com financiamento da cooperativa de produtores de Bujaru voltado para a produção do açaí.

Tal outros produtores, Valdir durante as colheitas conta com o trabalho do filho mais velho, da esposa, dos parentes da comunidade e menos comumente auxilia também com trabalhos nos sítios vizinhos, chamados para as épocas em que o serviço se torna

mais penoso e intenso. Na safra do ano de 2021, os 1.100 pés de Valdir lhe renderam duas toneladas de pimenta. Da renda do ano agrícola, parte fora implantada na plantação de pimenta para garantir a próxima safra, expandiu o projeto de açai, iniciou a construção da sua casa e da casa do seu filho em alvenaria e comprou um carro novo, deixando o antigo para auxiliar no trabalho da roça. Vislumbra-se aqui o fortalecimento da territorialidade camponesa.

Valdir e sua esposa hoje estão aposentados, mas nunca pensaram em deixar para trás o trabalho com a terra, mesmo que os conselhos sejam os mais diversos, o trabalho para o casal está para além do pensamento da lucratividade, sendo sua ocupação principal, sua forma de viver e de estar no mundo, seu trunfo enquanto sujeito camponês:

A gente não pensa em parar de trabalhar, sempre aquela vontade de trabalhar como quando a gente era novo. (...) eu não sei passar um dia dentro de casa, as vezes quando eu tô doente eu já fico agoniado pra ficar bom pra eu procurar serviço, eu não passo um dia sem ir ao pimental, não tem jeito, todo dia eu tenho que ir no meu serviço... (Valdir Tavares, Trabalho de Campo, 2022).

Sobre a relação do trabalho na terra, a matriarca complementa:

Eu tô com 86 anos, eu ainda olho assim pro meu arredor da minha casa, pro meu jardim e eu ainda tenho aquela vontade de trabalhar, só que eu não consigo mais, tô com um problema nas cadeiras e não posso mais pegar em enxada, nem em casa, eu tenho uma neta minha que eu criei que me ajuda (Jovelina Sales, Trabalho de Campo, 2022).

São esses relatos que nos fazem entrever a complexidade das relações existentes em campo, um núcleo familiar formador de uma comunidade nos dá pistas fundamentais que nos levam a adentrar no significado de coletividade, do pensamento uno e da importância do trabalho. Esses sujeitos pensam, criam e recriam suas identidades camponesas e por consequência as suas territorialidades.

Em um cenário vislumbrado em campo, entendemos a organização da família enquanto a unidade do sítio camponês, um coeficiente operacional visando à produção e reprodução desses sujeitos, “um sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si, sistema esse que se reorganiza através do tempo como resposta ao processo histórico de expansão da propriedade pecuarista. Essa organização e essa resposta são informadas por uma lógica, uma estratégia e um saber (...)” (Woortmann, 1982, p. 164).

O sítio corresponderia a casa, a estrutura da família e ao respeito de um processo de herança geracional, abrigando diferentes estruturas fundamentais à vida camponesa, correspondendo a casa-quintal e a roça-pasto, o primeiro conjunto sendo de dominância

feminina e o segundo de predominância masculina, sendo o sítio o sistema que abrange a articulação dos diferentes espaços (Woortmann, 1982).

O processo de construção da comunidade na perspectiva do sítio camponês compõe um cenário de evolução e permanência. Sendo representado pela diversificação da produção, adaptação às culturas cultivadas às suas necessidades e a busca pelo trabalho acessório. No entanto, a permanência se encontra primordialmente na força familiar e camponesa tendo a pimenta-do-reino como produção comum na comunidade, sendo o fio condutor de suas possibilidades.

Suas estratégias de reprodução social partem então do sítio, seu porto nuclear, o seio herdado de onde partem suas conexões próximas, com a comunidade, com o parentesco e o devotismo religioso (Macedo; Aquino Junior, 2020).

Como processo cultural do campo na Amazônia, a comunidade de Dom Ângelo Frozi apresenta as carteiristas fundadas e estudadas a respeito do sítio camponês:

(...) a particularidade de reunir diferentes gerações, filhos, netos e bisnetos, numa espécie de oca que permite a intensificação da sociabilidade no interior da família extensa. Esse convívio intenso fomenta a ajuda mútua, o mutirão, a intergeracionalidade, a socialização da criança pela brincadeira e trabalho, e a partilha da produção tanto das roças quanto dos quintais (Macedo; Aquino Junior, 2020, p. 65).

Nesse interim, a terra e os processos de trabalho ganham sentidos próprios. A terra não representa apenas um sentido econômico, de produção extensiva, mas uma marca da moralidade e da ética desses sujeitos, um “patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria” (Woortmann, 1987, p. 12).

A formação do sítio representa também a força da resistência, sua permanência em tempos de exploração da terra pelo agronegócio retrata a busca constante pela permanência na terra, elevando a pauta diferentes esferas necessárias para sua manutenção, seja o trabalho fora da unidade familiar, em outras comunidades, o trabalho no sistema público ou particular (Macedo; Aquino Junior, 2020).

Nesse sentido, entendemos a permanência da produção de pimenta-do-reino como estratégia de existência na condição de camponês, sua produção em caráter fixo empenha o levante necessário para a continuação da unidade familiar. A produção da pimenta, vista como estratégia, se apresenta como a territorialidade do grupo, pois, como ponto de levante, assegura o território camponês, fundamenta a organização do sítio e continuação do modo de vida.

Considerações Finais

Pensar as territorialidades camponesas nos altos da PA-140, em particular na Comunidade D. Ângelo Frozi nos parece ser um desafio. No entanto, quando refletimos dentro de ciência geográfica e sua infinidade de possibilidades de apreender a realidade a partir das variadas formas de pensamento tendo o território como nosso condutor, esse desafio se mostrou produtivo e enriquecedor.

As relações visualizadas em campo nos dão pistas significativas para compreendermos o fenômeno da territorialidade camponesa nessa região. Observamos que esse processo se expressa em diferentes formas. Há territorialidade na luta cotidiana de cada família para continuar existindo na terra, elegendo a pauta a diversificação culturas, a produção de pimenta e o uso do trabalho acessório.

As territorialidades estão presentes no processo de formação da comunidade, desde a organização do núcleo familiar, resultado de um processo migratório, nas adversidades na lida com a terra, seja pela pouca quantidade ou qualidade, seja pela subtração de braços para a lavoura (nos últimos vinte anos, grande parte dos jovens rumaram para o trabalho nas atividades do agronegócio do dendê), pelas estratégias de produzir alimentos variados, para a garantia de maior valor nutricional a família, (através da produção de farinha, leguminosas, frutas, pequenos animais e coletas extrativista).

A produção da pimenta-do-reino se inscreve na territorialização camponesa da comunidade atuando como produto que fortalece a manutenção da existência camponesa, sua produção se insere como um ponto estratégico, uma vez que permite as famílias o acesso a uma renda segura e certa no final da safra, possibilitando com isso, a renovação da casa, dos roçados e na garantia dos alimentos não produzidos.

A produção da pimenta-do-reino não atua nesta comunidade como uma inibidora das demais culturas ou como única expressão de territorialidade desses sujeitos, divide espaço com as demais produções sem que haja necessariamente uma hierarquia entre elas. Para esse campesinato, as produções se colocam como um retorno afetivo, alimentar, cultural e econômico.

A rentabilidade da produção da pimenta-do-reino é reconhecida pela comunidade, porém o valor de mercado desse produto não é estável, muda a cada ano, às vezes se apresentando em alta e outros em baixa, atuando em processo típico das relações de

mercado, se traduzindo em certa incerteza por parte dos camponeses com relação a sua produção. Assim, apesar da pimenta concentrar a maior renda do sítio camponês, na vida campesina o que está em jogo são as experiências de um cotidiano marcado pelos afetos, pela ancestralidade, pelo trabalho direto com a terra, pela moralidade, pelo orgulho e pela necessidade de se alimentar e formar uma família.

A produção da pimenta permite a melhoria de vida para o campesinato, possibilita a produção e a ampliação de outras culturas mais ligadas à afetividade e ao seu modo de vida. Com a renda da pimenta há a possibilidade de expandir a produção da mandioca, do arroz, do feijão, garantindo uma maior colheita e o auxílio na alimentação da família. Com os ganhos da pimenta se melhora os meios de locomoção, são adquiridos novos equipamentos para se trabalhar na terra, são reformadas as casas, o conforto aumenta e a vida ganha novos horizontes e a manutenção da comunidade é fortalecida.

Da rentabilidade reconhecida parte o que reconhecemos pela renda do trabalho com a pimenta, bem distribuído e investido. A renda da pimenta carrega consigo o poder de contribuir para que o sujeito camponês permaneça na terra e nela trabalhe. A pimenta auxilia na produção de tudo que será necessário para mais um ano agrícola, para que no ano seguinte ela represente o mesmo peso que no ano anterior.

A pimenta é o fortalecedor econômico principal da manutenção da territorialidade dos camponeses da Comunidade de Dom Ângelo Frozi, se traduzindo como uma estratégia, pois ao lado da coletividade, da religiosidade, da identidade camponesa, cumpre um papel fundamental a esses sujeitos.

Referências Bibliográficas

BOLIGIAN, L.; ALMEIDA, R. D. de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, L. H. de O. (org.). **Ambientes**: estudos de geografia. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teórica – AGETEO, 2003, p. 235-248.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano IX, ed. 17, p. 19-45, 2007.

DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>

HOMMA, A. K. O. **A migração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2016.

MACEDO, C. O.; AQUINO JUNIOR, P. O. C. de. O sítio camponês na Amazônia paraense. *In*: BRINGEL, F. de O.; CRUZ, B. E. V. da; MACEDO, C. O. (orgs.). **Campos e florestas no Pará: terra, território e educação**. Belém: EDUEPA, 2020.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, J. L. A.; LANDAU, E. C.; SILVA, G. A. da. Evolução da Produção de Pimenta-do-reino (*Piper nigrum*, Piperaceae). *In*: LANDAU, E. C. *et al.* **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: sistemas agrícolas, paisagem natural e análise integrada do espaço rural**. Brasília: Embrapa, 2020.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, ed. 7, p. 1-21, 2005. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i7.1456>

SHANIN, T. Lições camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23-48.

SILVA, L. R. *et al.* Conjuntura do mercado da pimenta-do-reino no Pará. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRÁRIAS, 2., 2017, Rio Grande do Norte, RN. **Anais....** Rio Grande do Norte, 2017

SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 78-116.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

TAVARES, R. C. **Escravidão negra na região do Rio Bujaru: senhores e escravos na segunda metade do século XIX (1869-1882)**. 2016. TCC (Graduação) - Faculdade de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

TCHAYANOV, A. V. Teoria Dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas (1924). *In*: CABRAL, M. V. **Análise Social**. vol. 12, no. 46, Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1976, p. 477-502.

VIDAL, M. de F. **Evolução do cultivo de pimenta-do-reino na área de atuação do BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 5, n.146, dez. 2020

WOORTMANN, E. O sítio camponês. *In: Anuário Antropológico*, n. 81, p. 164-203, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *In: Anuário Antropológico*, n. 87, p. 164-203, Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1987

WOORTMANN, E. Dimensões e concepções camponesas. *In: CAVIGNAC, J.; MACÊDO, M. K. de (org.). Tronco, Ramos e Raízes! História e Patrimônio Cultural do Seridó Negro*. Brasília: ABA, Natal: Flor do Sal e EDUFRRN, 2014, p. 49-65.

Recebido em 03/10/2023.

Aceito para publicação em 11/03/2024